



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Proposição: Projeto de Decreto Legislativo nº 180/2025.

Ementa: Concede o “Prêmio Destaque Mulheres Aracruzenses” à senhora Edineia Joaquim Silveira.

Autoria: Poder Legislativo – Vereador José Miguel Vieira Rosa.

Relator: Vereador José Gomes dos Santos.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo tramitando nesta casa legislativa, distribuído à relatoria deste Vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, possa opinar sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do supracitado projeto que concede o “Prêmio Destaque Mulheres Aracruzenses” à senhora Edineia Joaquim Silveira.

Passo a opinar.

II – DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nos termos do artigo 30, inciso I do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda, conforme preconizado no artigo 32 do mesmo diploma legal, à “Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno”.

Desta forma cabe a esta comissão a análise do presente projeto de Decreto Legislativo em comento.

III – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE

Especificamente quanto a constitucionalidade material e formal, não vislumbro qualquer violação a princípios ou regras de ordem constitucional ou legal, nem ainda incompatibilidade com as normas infraconstitucionais que regulam a matéria.

Isso porque, a elaboração de projeto de decreto legislativo é matéria de competência exclusiva da Câmara Municipal, nos termos do artigo 35, § 1º, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, senão vejamos:



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>

Professor Lobo, 550 - Centro - Aracruz - ES - CEP: 29.190-062 - Tel: (27) 3256-9461 - Site: www.aracruz.es.leg.br

Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação - (27) 3256-9461 - CNPJ: 39.616.891/0001-40 - E-mail: legislativo@aracruz.es.leg.br



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação

Art. 35. Os decretos legislativos e as resoluções são atos da competência exclusiva da Câmara Municipal.

§ 1º O decreto-legislativo destina-se a regular matérias que excedam os limites da economia interna da Câmara Municipal, tais como:

[...]

VI - concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;

No mesmo sentido reza a Resolução nº 492, de 31 de dezembro de 1990, em seu artigo 101:

Art. 101. Os Decretos Legislativos e as Resoluções são atos da competência exclusiva da Câmara Municipal.

IV – DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO

Por se tratar de projeto de decreto legislativo deve ser observado votação secreta, conforme esculpido no artigo 173, inciso III, devendo ser observado ainda o artigo 126, ambos do Regimento Interno desta Casa Augusta de Leis.

V – DA TÉCNICA LEGISLATIVA

A Constituição Federal estabeleceu, no parágrafo único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que se consumou com a promulgação da Lei Complementar nº 95/98.

Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando o projeto de decreto legislativo, observo que a proposição está em conformidade com a referida norma.

VI – CONCLUSÃO (VOTO DO RELATOR)

Ante o todo o anteriormente exposto, nos termos da fundamentação lançada neste parecer, entendo que o Projeto de Decreto Legislativo nº 180/2025, de autoria do Vereador José Miguel Vieira Rosa, está em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro, razão pela qual esta Relatoria se manifesta pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE.

Aracruz/ES, 04 de novembro de 2025.

José Gomes dos Santos
LULA
Vereador - PSB



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 330039003800300035003A00540052004100_27_3256-9461

Professor Lobo, 550 - Centro - Aracruz - ES - CEP: 29.190-062 - Tel: (27) 3256-9461 - Site: www.aracruz.es.leg.br
Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação - (27) 3256-9461 - CNPJ: 39.616.891/0001-40 - E-mail: legislativo@aracruz.es.leg.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330039003800300035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JOSÉ GOMES DOS SANTOS** em 04/11/2025 11:17

Checksum: **06880455310B7C42CFD62629D0877D47929226EA7549D751D3EC6D80DECFCF1**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ EDILSON SPINASSÉ** em 04/11/2025 11:54

Checksum: **45580FDC44EAB894FCC22574600C0D3E463C67DBCB22A8B32AD9F6CEE13B3FCD**

Assinado eletronicamente por **GUSTAVO ROSSONI BARCELOS** em 05/11/2025 09:28

Checksum: **7F6861077F9F0409029A0EB4301E8F8CED1CA1C2D16CB6A80E604089DB82853B**



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330039003800300035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.